

**A PROTEÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA
COMO DIREITO CULTURAL NO BRASIL: ESTUDOS DE CASOS
DE VIOLAÇÕES ENTRE 2016 E 2018**

*HISTÓRIAS COMPARTILHADAS:
TRANSSEXUALIDADE E EXPRESSÃO ARTÍSTICA EM QUESTÃO
ENTREVISTA DO DIGICULT COM ARI AREIA¹*

Entrevistas do Projeto de Pesquisa do DiGiCULT – Estudos e Pesquisas em Direito Digital e Direitos Culturais da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), coordenado pelo Prof. Dr. Rodrigo Vieira (Vice Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado da UFERSA), intitulado “A proteção da liberdade de expressão artística como direito cultural no Brasil: estudos de casos de violações entre 2016 e 2018”, iniciado na segunda metade de 2018 e finalizado em março de 2020.

Entrevistados: Ari Areia² [AA] e Alessandra Cunha (Ropre)³ [AC].

Entrevistadores [DiGiCULT]: Rodrigo Vieira Costa⁴ e Ana Caroline Melo Carvalho⁵.

O DiGiCULT iniciou sua investigação a partir de casos emblemáticos de violação da liberdade de expressão artística, ocorridos entre 2016 e 2018 – cinco ao todo –, preocupado principalmente com o silenciamento de meios e vozes representativos das diferentes linguagens artísticas, buscando os motivos subjacentes das restrições indevidas a esse direito cultural (se de ordem moral, religiosa, política, econômica etc.), escondidos pela aparente legitimidade da defesa de discursos jurídicos. Para tanto, o Grupo de Pesquisa se valeu

¹ Entrevista realizada em 16 de setembro de 2019.

² Ator e Diretor de Teatro, Jornalista, Militante Negro e LGBT, 1º Suplente de Deputado Estadual pelo PSOL no Ceará.

³ Artista visual, formada em Artes Plásticas pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em 2010.

⁴ Investigador Visitante em Estágio Pós-Doutoral no CES da Universidade de Coimbra, Portugal. Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Professor de Direito Público da Universidade Federal Rural do Semi-Árido em Mossoró (UFERSA). Vice-Coordenador do Programa de Mestrado em Direito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Pesquisador-Líder do DiGiCULT – Estudos e Pesquisas em Direito Digital e Direitos Culturais. Membro do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFERSA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Culturais da Universidade de Fortaleza (GEPDC/UNIFOR). Membro do Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial da Universidade Federal do Paraná (GEDAI/UFPR). Membro do Instituto Brasileiro de Direitos Culturais – IBDCULT. Membro da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares no Ceará – RENAP-CE. Membro do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais – IPDMS.

⁵ Graduanda em Direito pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Monitora da disciplina de História do Direito. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Direito Digital e Direitos Culturais – DiGiCULT e do projeto de pesquisa Direito, Estado e Democracia no marco da Justiça de Transição do grupo de História Constitucional e Direitos Sociais. Integrante da Revista Estudantil Manus Iuris. Pesquisadora de Iniciação Científica Voluntária da UFERSA.

primordialmente da análise documental e da estratégia de pesquisa do estudo de caso, a fim de relacionar os fatos relatados como violações com o contexto descrito e as prescrições normativas referentes a cada um deles.

Dessa maneira, o DiGiCULT analisou processos judiciais e administrativos, inquéritos, notas técnicas ou de esclarecimento de equipamentos culturais, órgãos, movimentos e sujeitos envolvidos nesses casos, sem menosprezar dados secundários constantes em reportagens de veículos de comunicação de diferentes matizes que fossem passíveis de triangulação com dados e informações primárias existentes. Além disso, o Grupo conseguiu realizar entrevistas com dois artistas que sofreram violações no seu fazer artístico (Ari Areia e Alessandra Cunha), analisadas em dois dos estudos de caso.

A entrevista com ator Ari Areia se refere à tentativa de censura da sua peça “Histórias Compartilhadas”, cujo tema central é a questão da transsexualidade masculina, e na qual o ator Ari Areia contracena nu. Um dos elementos que compõem o cenário é a imagem de Cristo crucificado. Em uma das cenas, Areia abre um acesso venoso e pinga gotas de seu sangue na imagem do Cristo; o fato causou muita controvérsia e diversas instituições se manifestaram sobre a peça. Em junho de 2016, após quase um ano de espetáculo, a peça “Histórias Compartilhadas” recebeu nota de repúdio da Comissão de Liberdade Religiosa Ordem dos Advogados do Brasil no Estado do Ceará, que caracterizou a performance do ator como criminosa e tipificada no artigo 208 do Código Penal, como uma conduta vilipendiosa. Além da OAB-CE, a Assembleia de Deputados do Estado do Ceará também a repudiou. O estudo publicado no livro do DiGiCULT debate como a liberdade de expressão artística foi restringida no caso da peça “Histórias Compartilhadas”.

A entrevista com a artista visual mineira Alessandra Cunha (Ropre) trata do caso da exposição “Cadafalso”, na qual uma obra foi apreendida pela Polícia após denúncia de parlamentares sul mato-grossenses. “Pedofilia” é o nome dado à tela. Na visão de alguns deputados estaduais do Mato Grosso do Sul, que foram juntos à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente – DCPA registrar um boletim de ocorrência contra a tela, em 2017, a obra faria apologia ao crime e violaria o ECA. O delegado e sua equipe foram imediatamente ao Museu de Arte Contemporânea – Marco do estado do centro-oeste brasileiro, sem um mandado judicial, para atender a demanda dos políticos, violando o direito à liberdade de expressão artística da pintora. O quadro em questão denuncia as violências enfrentadas pelas crianças, a partir do nu masculino.

[DiGiCULT]: Ari, essa entrevista tem por objetivo integrar nosso projeto de pesquisa. O DiGiCULT é um grupo de estudos e pesquisa em Direito Digital e Direitos Culturais do Curso de Direito da Federal Rural do Semiárido. Essa pesquisa tem por intuito analisar alguns casos de violações da liberdade de expressão artística, ocorridos a partir de 2016. O marco temporal que nos colocamos foi exatamente o impeachment da presidenta Dilma, até porque notamos a ascensão de certo conservadorismo que dentre as suas práticas, uma delas me chamou atenção, que continua acontecendo, que é colocar a cultura como alvo do discurso do ódio e da política do insulto – atinge seus atores, agentes, partícipes – e notamos alguns casos de censura ou de utilização de mecanismos jurídicos para barrar, eliminar ou mesmo censurar de forma aberta algumas expressões e atividades artísticas ou equipamentos culturais. Dentre esses casos, está o da sua peça, do “Histórias Compartilhadas”, e é sobre ela que vamos conversar.

[DiGiCULT] Bem, Ari, a nossa primeira pergunta é sobre o seu trabalho em si. A peça “Histórias Compartilhadas” foi fruto do seu trabalho de conclusão de curso na UFC? De que maneira, esse projeto se tornou peça? Podes falar um pouco sobre o projeto?

[ARI AREIA]: A ideia da minha primeira pesquisa, desde o segundo semestre de faculdade, na Comunicação, era falar sobre pessoas trans e a princípio a ideia era tentar propor uma investigação sobre a relação das pessoas trans e o Sistema Único de Saúde, não necessariamente sobre os procedimentos de readequação corporal, harmonização, mas de uma forma geral mesmo. Acho que foi em 2011 que foi assinada uma portaria do Ministério da Saúde, que permitia que as pessoas trans usassem seu nome social na Cartão do SUS, e aí eu falei “ah, já que isso está sendo autorizado agora, seria legal a gente lançar o olhar sobre isso daqui uns dois anos, desde o acolhimento (portaria, recepção) até o consultório e pós”. Ao longo do processo, eu fui recortando esse objeto. Em 2013, eu conheci o João Nery. Era um ativista trans, faleceu ano passado, morava em Niterói. Eu entrevistei o João Nery na época que eu trabalhava na TV, na Tribuna do Ceará.

E aí eu fiquei muito mexido com a realidade das pessoas trans masculinas, porque a gente tinha contato com a pauta das mulheres trans, a visibilidade desses sujeitos era muito considerada naquele momento e homens trans a gente não tinha ainda o acesso a essa informação, a essa realidade, então eu decidi que o recorte seria esse. A gente ia falar sobre

peças transsexuais, mas a gente ia mergulhar nesse universo trans masculino. E aí eu comecei uma série de entrevistas, né? Com homens trans, aqui, no Ceará, alguns aqui em Fortaleza, outros no interior, para fazer algo que fosse um livro reportagem ou um documentário audiovisual e, ao longo do processo, enfim, houve uma série de dificuldades, de encaminhamento mesmo.

E eu lembro que o professor orientador, o Daniel Dantas, ele me perguntou o que eu queria fazer com esse material quando eu me livrasse da responsabilidade do TCC. E eu disse que queria fazer uma peça a partir da pesquisa. E ele disse: “ah, então você faz a peça, seu trabalho vai ser a peça”! Eu perguntei se podia, e ele explicou que a possibilidade era ou você fazer uma monografia, ou um projeto experimental de comunicação: “Você faz, e você precisa convencer a banca que sua peça é seu projeto experimental em comunicação”. E a coisa andou, tomou corpo.

A gente fez um documentário cênico que não é uma coisa nova, já tem bastante tempo e utilização, que é a mistura das duas linguagens do jornalismo e as artes cênicas, e a gente construiu esse roteiro performático que resultou na peça. Foi mais ou menos isso daí.

Não foi um TCC que virou peça, a peça que foi o próprio TCC, na faculdade de jornalismo, e foi a primeira vez que isso aconteceu. Isso nunca tinha se dado na UFC, na faculdade de Comunicação. Depois da gente, aí vieram outras performatividades. Gente que fez exposição, intervenção urbana, gente que foi aproveitando essa prerrogativa de possibilidade... foi mais ou menos a história da peça, foi aí, ela é o próprio TCC. A comunicação para além do convencional, do que os projetos experimentados em comunicação: era você fazer um site, uma revista, um jornal, um ensaio fotográfico foto jornalístico ou documentário. Fazer a peça foi o esgarçamento da possibilidade.

[DiGiCULT]: Ari, de certa forma, você já adiantou um pouco da segunda pergunta, mas gostaria que você enfatizasse quais foram as razões da escolha dessa temática que passa não só pelos direitos LGBTs, mas da igualdade de gênero, do direito à própria sexualidade, com que frequência isso se encontra nas obras que você contracenava, roteiriza ou pensa? Existe alguma finalidade social ou objetivo pretendido com essa escolha?

[ARI AREIA]: Quando a gente começou a fazer teatro como grupo – o nome do meu grupo é Outro Grupo – a gente não iniciou o processo com essa perspectiva de “vamos tratar essa

questão e incidir através da arte”. A gente foi fazendo, construindo dramaturgia, levantando cena, e aí, no segundo trabalho, a gente percebeu que o assunto era recorrente, porque os sujeitos envolvidos no processo eram atravessados por aquelas questões.

Então a gente resolveu já no terceiro trabalho provocar a coisa, e a gente montou o espetáculo “Caio e Léo”, que foi muito marcante na época, é um drama... bem meloso, bem romântico e até levemente adolescente, e que marcou uma geração. Geração de meninos e meninas, com seus 16, 17 anos, que iam ao teatro escondidos, porque seus pais não podiam saber, ou eles mesmos não tivessem a maturidade de dizer, e foram se descobrindo, se reconhecendo naqueles personagens.

Com o advento do “Caio e Léo”, a repercussão, dava pra gente lançar mão desse instrumento do teatro, das artes cênicas, para cumprir um papel na sociedade, papel que fosse desde o empoderamento das pessoas que ainda estavam num processo de criar coragem para se jogar no mundo, até mesmo a construção de um material cultural mesmo, referência, que as pessoas tivessem repertório para dizer: “sei quem eu sou, agora eu entendi”. Mas, no começo, isso foi muito instintivo. Com o “Histórias Compartilhadas”, houve assim uma demarcação muito objetiva do que a gente queria: falar de homens trans, uma pauta que tinha uma visibilidade muito pequena, um setor dentro da minoria, que era ainda mais minorizado porque eventualmente os homens trans eram considerados mulheres lésbicas masculinizadas, muitos não se reconheciam como homens trans porque não tinham repertório para se reconhecer como homem trans.

A minha primeira entrevista com João Nery, assim, eu cometi diversos deslizes no tratamento da questão, porque eu não tinha nem leitura para entender. Depois que eu fui ler a biografia dele, fui ler outros livros com textos dele, foi que eu fui entender a dimensão da identidade de gênero. Até então, na minha cabeça, eu tinha a compreensão de quem eram as travesti, as mulheres trans, mas eu não tinha a dimensão real do que era a transsexualidade até eu ter o contato com o João Nery, ver o relato da infância dele, ver que ele com 5, 6 anos de idade era um menino, mas não entendia porque a família, a escola, a rua insistiam em tratar aquele garoto como uma garota. E aí eu fui entendendo o que era a transsexualidade, e falei: “Não, gente, tem que ser sobre isso”. Foi uma decisão política. E naquela época não existia um debate acalorado sobre você ser um corpo cis performando sobre a transsexualidade. Eu lembro que uma das nossas angústias era justamente essa. Como um corpo cis se coloca à disposição do discurso de corpos trans e cumprir um papel sem se apropriar indevidamente daquela pauta, sem se apropriar daquele discurso de forma oportunista, e a gente tinha essa

preocupação em sala de ensaio que foi por isso que lançamos mão da performance, por isso que a gente não ia fazer uma cena que eu fingisse que era uma pessoa trans. Então na peça eu tiro toda a roupa. Para além das diversas possibilidades de link, a nudez e o corpo, era um trabalho sobre gênero.

Era preciso mostrar pro público que aquele corpo não era um corpo trans. Não era interessante que eu já tirasse a roupa e já tivesse com meu genital coberto ou maquiado. Era importante que as pessoas vissem que aquele corpo era um corpo cis e que, em dado momento, adesiva aquele pênis, e inicia uma performance de um corpo cis atravessado por dores, angústias e pesos de um corpo trans. Acho que pra não fazer esse tipo de confusão, a gente lançou mão de mídias também, tem entrevistas em áudio com homens trans tem vídeos de homens trans.

Poucos são os textos que eu falo em primeira pessoa para evitar isso, e aí a cena. Se você vai passar um vídeo ou um áudio, por que você vai tirar as pessoas de casa e trazer elas pro teatro?

Então, esse esqueleto, as mídias, ele foi acompanhado por um roteiro, uma sequência de ações físicas que afetavam esse corpo, que deslocavam o corpo, que extravasam os limites do corpo – acho que esse é o termo. A ideia da direção, do Eduardo Bruno, era extravasar os limites daquele corpo, é um corpo que está sendo extravasado, está sendo forçado, está beirando o esgotamento. Então você uma cena, que é uma conferência cênica, que é um texto dito muito rapidamente, que é um esgotamento mental, que o público quase não entende. Você fica numa angústia porque é um texto muito rápido, você não sabe se é irônico, se ele tá brincando, se tá falando sério, e aí isso tudo gera um mal-estar enorme em quem tá falando, e quem está ouvindo.

Depois, você tem a projeção de dois corpos trans, um homem trans e uma mulher trans. mulher trans, o corpo tem um falo que penetra o corpo de um homem que tem uma vagina, isso dá um nó na cabeça das pessoas. É essa a sensação do mal-estar; a gente não tá querendo se encaixar no mundo de vocês, a gente quer inventar uma outra coisa, sabe? É um outro mundo em que a mulher ter um pênis, ou um homem ter uma vagina não é uma anomalia.

E o esgarçamento do corpo mesmo, que é extravasar uma veia, você sangrar em cena de verdade, o extravasamento físico de você segurar o peso de um garrafão. Então assim, o corpo, meu corpo está à disposição daquelas cenas de forma a tentar afetar a plateia e provocar na plateia o máximo de desconforto sem fingir que eu sou uma pessoa trans, em nenhum momento isso se confunde. E de resultado prático desse trabalho, eu considero

algumas situações. Eu tenho hoje um amigo que é próximo, companheiro de uma amiga querida, que ele entrou no teatro como uma garota e ele saiu do teatro como garoto, ele ficou atônito com o que estava acontecendo no palco e ele disse: “Eu entendi o que eu sou”.

Outra situação muito maluca que rolou, foi um menino que mandou uma mensagem, ele devia ter tipo uns 16 anos, e ele mandou uma mensagem no meu Facebook, falando assim:” Ah, eu preciso que você mande uns links de textos, de vídeos, porque eu preciso conversar com meus pais sobre eu ser um garoto trans e eu não ter segurança pra isso”. E eu disse: “Vamos nos encontrar, eu estou sempre pelo Benfica, vamos tomar um lanche, comer alguma coisa”. E ele respondeu: “Não dá pra gente se encontrar, eu moro no interior do Mato Grosso”. Aí nesse dia, foi logo que rolou as polêmicas em torno da peça, e, cara, essa peça não pode ser parada, a gente não pode calar isso porque tomou uma proporção de representatividade das pessoas se enxergarem, que os indivíduos não precisavam ver a peça, eles precisavam saber que ela existia, alguém em algum lugar do Brasil falando sobre aquilo. Recebi mensagem também de uma senhora, uma mulher agradecendo. Quando os ataques começaram, ela mandou mensagem agradecendo. Ela disse que viu a peça várias vezes com o marido, que o marido era um homem trans, e de como aquilo foi importante para ele, para ele se ver representado numa caricatura, de olhar para um texto e dizer “eu entendi, eu também existo, eu me reconheço”. Então teve esse pensamento, acho que essa é terceira peça da gente no percurso criativo, foi uma das peças que a gente pensou antes de montar sobre o efeito que ela poderia ter.

[DiGiCULT]: E a partir dessa contextualização que você coloca, ou da própria temática em si do corpo não tratar isso como uma anomalia, por que razões você atribui a denúncia contra a peça “Histórias Compartilhadas” de vilipêndio de objeto de culto religioso ao Ministério Público? Quem realizou essa denúncia? A Comissão de Liberdade Religiosa da OAB-CE?

[ARI AREIA]: Houve duas denúncias, né? O Ministério Público (Federal) foi provocado por dois indivíduos. Eu não estou agora lembrando, eu acho que eu nem tive acesso especificamente a esses nomes, mas acho que foi a Comissão de Liberdade Religiosa da OAB que provocou o MPF (Ministério Público Federal), e outro foi um individuo qualquer assim que se incomodou. Eles categorizaram assim, sublinharam desde o começo, que era crime, e categorizaram como vilipêndio ao símbolo religioso. Quando a gente montou o espetáculo,

que nós decidimos usar a imagem religiosa, a gente não ia usar o Cristo, a gente ia usar uma imagem de Santa Joana D’Arc, porque embora não haja esse debate, se ela era ou não um homem trans, era uma mulher que performou uma masculinidade para poder intervir numa situação de guerra histórica. Levou o seu país a uma vitória e depois foi morta; porque aquele corpo foi útil enquanto podia contribuir no combate, aquele corpo foi fundamental para que o combate fosse superado, mas aquele corpo foi descartável.

Então a gente queria fazer essa metáfora do corpo trans e de como o corpo trans é descartado dentro da perspectiva hetero-cis-normativa. Só que a gente não conseguia encontrar uma imagem de Santa Joana D’Arc, e a gente até encontrou, não em uma loja católica, encontrou em uma loja de produtos de religiões mais africanas. Só que a santa, como a gente não tem a familiaridade com a santa, parecia São Jorge.

A gente fez os primeiros experimentos com a Joana D’Arc e disse: “Não vai rolar, infelizmente, porque vai ficar confuso”. Quem tem muita relação com a igreja vai reconhecer, mas, de forma em geral, é símbolo que não vai fazer muito sentido imediato, exige uma camada. E aí, quando rolou a pesquisa de imagens, a gente encontrou o Jesus Misericordioso. Assim... a gente nunca tinha percebido isso, mas ele tem as cores da bandeira trans, a imagem é de quando ele foi perfurado, teve seu lado perfurado por uma lança, ele jorrou sangue e jorrou água, é um jorro vermelho, meio rosado, e um jorro azul, e ele tá vestido de branco, então são as cores da bandeira trans. A gente lançou mão desse símbolo, e a bandeira de cores tá ali, tinha a ver com a paleta de cores do espetáculo. Logo mais a gente usava um garrafão rosa e um garrafão azul, simbolizando esse estereótipo masculino e feminino. E a gente ficou um ano em cartaz sem ter nenhum tipo de problema. A gente achou que em algum momento alguém fosse se incomodar. Mas a cena é muito bonita, é forte, pra mim a cena mais forte não é nem a cena do Cristo, é a cena que deixa as pessoas mais afetadas, é a cena em que eu estou apenas tirando minha roupa enquanto está sendo projetado no fundo uma mulher trans

penetrando um homem trans. Acho que essa é assim a cena mais forte, deixam as pessoas, assim... bagunça demais, desloca, é sensacional, isso tá no *YouTube*.

Quando foi que entrou o Cristo na polêmica? Quando a gente se apresentou na universidade (Universidade Federal do Ceará).

[DiGiCULT]: É paradoxal, né? Uma instituição que aparentemente deveria servir a todo tipo de credo, conhecimento e interrogação ou questionamento e, ao mesmo tempo, servir de bode para [...]

[ARI AREIA]: Mas eu acho que tem a ver com esse recorte do momento histórico. Porque assim, a peça estava há um ano em cartaz, a peça inclusive tinha passado pelo campus da universidade porque era um TCC. Eu não lembro como foi, se foram publicadas imagens no seminário que participei da Sociologia, e isso foi usado como mote para polêmica boba, que depois virou uma polêmica real. A publicação que foi feita foi tipo assim “Absurdo: homossexual pelado desrespeita imagem de Cristo dentro da UFC”. Então assim, se você pega aquela imagem onde eu realmente estou pelado, sanguejando em cima de um crucifixo num auditório que tem o brasão da UFC e uma bandeira LGBT próxima, você não precisa de muito texto, isso já encerra um sentido, as reações foram naturais “Que absurdo! Que absurdo!”. E a coisa foi tomando uma proporção, que o gatilho do compartilhamento foi tomando uma proporção inimaginável. Então quando as pessoas que se colocam nessa Comissão da OAB, ou na Assembleia Legislativa, tomaram conhecimento disso, imediatamente, “temos que reagir, não dá pra aceitar que a Universidade...” eu acho que a grande questão, para além da peça, foi a peça ter acontecido na universidade, a cena ter rolado na universidade, entendeu?

Porque a sensação de que foi pago com meu dinheiro, que foi mantido com minha contribuição, e enfim, o ódio aos LGBTs. Enfim... Então foi assim que eles usaram esse disparador, primeiro de gerar uma comoção popular enorme que todo mundo se sentiu ofendido em ter um veado sagrando desrespeitando um símbolo religioso e a configuração, a categorização como crime previsto no Código Penal que é o vilipêndio a símbolo religioso. Não sei se eu me perdi.

[DiGiCULT]: Não, é exatamente isso. Quem de fato que fez a denúncia ao MP?

Interessante que a gente nota pela documentação que a gente vem analisando o caso, há uma manifestação de um parecer da Comissão de Liberdade Religiosa que motiva a denúncia da OAB para o MP, e a minha pergunta é no sentido oposto. Porque a OAB - CE tem a Comissão de Direitos Culturais, inclusive serve de referência a outras seccionais, e a minha pergunta é se você teve notícia de alguma manifestação dessa Comissão acerca da garantia da sua liberdade de expressão artística, na medida em que

você passa a ser alvo, que como você disse, encerra um sentido, mas que não é um sentido que vocês atribuem na encenação ou na peça, ou quem não assistiu por exemplo. Nos documentos que a gente tem acesso, os membros da Comissão de Liberdade Religiosa dizem que não assistiram à peça, ou não sabem nem do que de fato se trata objetivamente. Você teve notícia se a Comissão se manifestou?

[ARI AREIA]: Sim, eu estive participando de vários espaços, inclusive dentro da própria universidade, onde houve a presença dos membros da Comissão, tanto de Direitos Humanos como de direitos culturais, e houve essa solidariedade. Outras pessoas ligadas a outras instâncias, como a Luana Marley, que na época ela tava (sic) no escritório Frei Tito de Alencar da Assembleia, o escritório se colocou à disposição, fez toda a peça de resposta ao MPF. Então assim a gente não ficou meio que desamparado. O que houve foi uma desmoralização desses atores que geraram a provocação ao MPF, que tentaram criminalizar o espetáculo, que eles não tinham argumentação fundamentada para sustentar. Eles tinham a faca e o queijo na mão, eles poderiam argumentar razoavelmente de diversas formas. Mas realmente eles estavam movidos por uma emoção descontrolada, descompensada a ponto de ser risível.

Tem um debate meu na rádio “O Povo CBN” com esse presidente. Não sei se ainda é, dessa Comissão de Liberdade Religiosa. E, assim, é risível, tem trechos assim, que são constrangedores. E a opinião pública foi se colocando relativamente ao nosso favor justamente por conta dessa disparidade de razoabilidade.

O cara foi questionado pelo radialista se ele tinha visto a peça, e ele disse: “Não vi, e nem preciso ver”. Então assim, como não precisa ver? Como que você está movendo uma ação desse nível de gravidade, se não precisa ver a peça? E, ao mesmo tempo, a bancada fundamentalista da Assembleia Legislativa aprovou uma moção de repúdio contra a gente [...] Participei de um debate na rádio universitária, e nesse debate eu apresentei diversos argumentos contrários que desmanchavam a constitucionalidade do projeto de lei apresentado por eles: censura; e o único argumento que a deputada (Deputada Estadual no Ceará, Dra. Silvana – PL) que teve foi dizer assim: “Eu sou a deputada! Eu faço as leis!”. Foi um argumento de autoridade, apenas isso.

E a gente foi ganhando de certa forma um respeito pelo lado da opinião pública mais razoável, porque tem um lado que não dá pra você mediar, nesse sentido, e com relação a esse lado que não dá para mediar, houve uma série de situações assim delicadas de ameaças a minha integridade física, a minha vida e tal. E isso chegou a extrapolar da rede social para a

rua. Um dia eu fui abordado no centro da cidade, por um cara muito nervoso e tal, e aí nesse dia eu me preocupei um pouco, mas a nossa resposta foi manter a peça em cartaz. A gente encerrou uma temporada e já abriu outra, já apresentou outra no Dragão do Mar, então eles foram recuando.

[DiGiCULT]: E assim, o que significa a imagem do Cristo Crucificado na peça, e por que você acha que houve a escolha dessa figura, e não outro elemento cênico, já que você falou que vocês poderiam se utilizar de outras, símbolos ou imagens, para a caracterização do crime de vilipêndio de imagem religiosa por parte dos denunciante?

[ARI AREIA]: Por que a gente escolheu o cristo, né?! Não só pelas cores da imagem, mas porque o Cristo é uma metáfora, um símbolo de mártir. A gente meio que colocou esse Cristo na cena, e o sangue escorrendo sobre o Cristo é uma imagem muito forte. E eu acho que pode ter duas leituras possíveis: que ele pode ser um mártir, um injustiçado, é uma, mas também o peso que tem o nome dele para o derramamento de sangue de pessoas trans, eu acho também... Cristo nascesse hoje provavelmente ele seria uma travesti negra moradora da periferia, porque ele era um judeu pobre, que nasceu num lugar que não tinha onde se quer lugar pra Maria parir. E assim, tipo, era uma figura que estava sob ameaça, insurgente, e sob ameaça do Estado; ele teve que ser escondido para não ser morto. Por que quem são os corpos matáveis e que estão na mira do Estado? Num país que mais mata LGBTs e pessoas transsexuais?

O Cristo misericordioso tem um impacto visual, mas o Cristo crucificado, ele tem outro. E aí o uso desse Cristo aconteceu não de forma deliberada assim, não planejada, a gente ia apresentar a peça na UFC e a gente precisou substituir o Cristo. Então eu providenciei um, o mais próximo que tinha era o Cristo crucificado. E a imagem escorrendo num Cristo crucificado diz muito por si só, não precisa de muita fabulação. Você uma pessoa sangrando, e o sangue escorrendo pelo cabelo, pela barba, descendo pelo corpo, porque isso é ampliado numa TV. A gente usa esse recorte de cena, esse close em alguns momentos, então ver o sangue real escorrendo em um Cristo crucificado isso encerra diversas possibilidades de sentido.

Quando o Ministério (MPF) investigou a gente, eles perguntaram primeiro quem teve a ideia, quem são os demais envolvidos. Então assim, foi uma coisa mesmo inquisitória digna de Ditadura Militar; se a gente quando montou o trabalho, a gente tinha noção que o conteúdo

era ofensivo para pessoas cristãs, e eles encerram pedindo para responder em anexo com uma gravação, um DVD, uma mídia, um pen drive com o espetáculo na íntegra. E aí a gente construiu um material que deveria ter quase 30, 40 laudas, fazendo um regaste histórico, ao longo desses 2000 mil e poucos anos de cristianismo, de todas as vezes – não de todas as vezes – mas de diversas vezes em que a metáfora, o entrecruzamento de linguagem, a música, a poesia, a pintura, a publicidade, o cinema, usou a figura de Cristo e a imagem do corpo crucificado.

E a gente lançou mão de uma decisão do STF sobre a permanência do crucifixo nos plenários. O voto do ministro – não vou lembrar agora exatamente tudo – mas é algo do tipo favorável à manutenção dos crucifixos nos plenários, porque o Cristo crucificado no plenário, embora seja um objeto de culto, embora seja um objeto de culto deslocado do seu lugar de sacralidade de culto, ele tá ali como um símbolo de um injustiçado. E é importante que esse símbolo esteja ali diante dos juízes, dos tribunais, para que se lembre de a que justiça pode ser injusta, e que isso esteja sempre em vista.

[DiGiCULT]: Engraçado que isso é uma argumentação, que em verdade só serve para justificar a manutenção desses símbolos cristãos nos espaços públicos. Mas é ao mesmo tempo interessante, porque você diz que é a utilização desse argumento também como uma ferramenta de apoio para traçar uma estratégia que, paradoxalmente, justifica que a peça possa continuar a se realizar, mas com fundamento de que poderia ser utilizado ao contrário. Ou seja, isso poderia ser utilizado também para ratificar que não se trata de uma ofensa à laicidade do Estado a permanência desses símbolos, mas por trás, para justificar toda uma tradição de ligação do Estado brasileiro com as várias vertentes do cristianismo.

[ARI AREIA]: A gente usou essa argumentação, se valeu dessa decisão. É um símbolo religioso, mas está deslocado de seu lugar de culto. E aí a gente lançou mão também da definição do que seria ou não o vilipêndio ao símbolo religioso, de que a gente não estava adentrando ao espaço de culto para tumultuar, impedir, gerar algum tipo de constrangimento. A gente não estava impedindo uma reunião religiosa. As pessoas que estavam indo assistir o trabalho, elas estavam conscientes do que elas estavam indo ver. Enfim, a gente, a Luana e a galera do Escritório Frei Tito que se colocou à disposição, construiu uma argumentação muito consistente. E aí quando eles (MPF) me ligaram, eles perguntaram assim: “Tem uma

cópia da peça?”. Tem um pen drive que a gente possa mandar? Aí eu disse: “Não, eu me recuso. Porque teatro é uma linguagem, e cinema é outra linguagem. A gravação não condiz com a integralidade do que seja a obra” [...].

[DiGiCULT]: Mesmo que fosse uma prova para efeitos jurídicos?

[ARI AREIA]: Mesmo que fosse uma prova, eu me recusei. Assim, tipo, é violento você ter que mandar para o Ministério Público a gravação de um trabalho nessa circunstância assim.

Não é por exemplo: recebi o dinheiro de um edital, e aí aquele trabalho foi feito com dinheiro público, e eu tenho que comprovar que a coisa foi feita e o gasto. Eles estavam questionando o conteúdo do meu debate, se o meu discurso, o meu debate, poderia ser dito, veiculado, ou se podia ser censurado. Então assim, eu não mando. E a resposta, a forma como elas (Escritório Frei Tito de Alencar) traduziram no documento que foi enviado ao MPF, foi assim: “Compreendemos que o audiovisual é uma linguagem, e que o teatro é outra linguagem. A gravação do espetáculo não traduz a obra na sua riqueza, complexidade, e possibilidades de interpretação. Nesse sentido, nós não enviamos a cópia, mas enviamos em anexo quatro pares de ingresso”.

[DiGiCULT]: O Procurador da República ou algum assessor foi assistir à peça?

[ARI AREIA]: Não, não foram. Isso é um fato, não foram. A gente anexou os convites e se colocou à disposição para caso fosse necessário mais convite. Nunca houve uma resposta. Então eu entendo que eles tenham se dados por satisfeitos com a contextualização.

[DiGiCULT]: Você considera a denúncia como uma forma de censura ou uma maneira de pressionar para desestabilizar os criadores da peça? Quais foram as repercussões jurídicas do caso (algum processo judicial foi aberto)?

[ARI AREIA]: Eu considero uma tentativa de intimidação, pois o fato dessa celeuma ter acontecido impulsionou a mobilização de público; talvez a gente não teria sido tão visto. O trabalho se transformou em algo que as pessoas precisavam ver, tanto em manifestação de apoio como respondendo a “o que tem aqui que não querem que a gente veja”. Eu considero que nesse momento a gente passou por uma tentativa de intimidação e a nossa resposta foi

justamente inversa. Passamos por essa intimidação expressa, envolvendo o Poder Público, Judiciário, mas também tentativa de intimidação de alguém mandar mensagem pra mim falando que sabia por onde eu andava, que tinha marcado meu rosto. Grupos religiosos, grupo de jovens católicos que foram rezar terço em frente ao teatro, ameaçaram entrar para rezar. Foi uma apresentação muito tensa no Dragão do Mar porque tinha a ameaça de que invadissem o teatro. A gente tinha medo de que pudesse rolar algo físico mesmo, que alguém atirasse alguma coisa, que invadissem o palco. Não houve. Houve de eles terem ido rezar, fazendo um terço de desagrado. E não houve também nenhuma consequência jurídica, o MP não apresentou denúncia de nada, ele recebeu provocação, enviou notificação e nunca mais se manifestou.

[DiGiCULT]: E sobre arquivamento, deve ter sido arquivado?

[ARI AREIA]: Eu nunca recebi nenhuma devolutiva disso. Junto com a nossa resposta a gente fez outra provocação, a gente anexou mais de 100 comentários e mensagens que eu recebi no Facebook com ameaças diretas de que: “Merece morrer! Merece apanhar! Vamos pegar esse cara!”. A gente pegou esses mais de 100 prints e falamos: “Queremos que esse Ministério Público Federal dê uma resposta a esse crime real de ameaça, intimidação”. Aí eles responderam dizendo que não era competência deles, mas que estavam encaminhando ao MP estadual, mas de toda forma nunca houve resposta.

[DiGiCULT]: E depois do “Histórias Compartilhadas”, houve alguma outra vez que o seu exercício da liberdade de expressão artística foi violado, ou alguma outra peça sua foi censurada? Se sim, as razões foram semelhantes?

[ARI AREIA]: Não. O Eduardo Bruno, que é o Diretor do espetáculo, teve recentemente um trabalho que foi censurado. Estava selecionado dentro do Salão de Abril, evento de artes visuais do Ceará, daqui de Fortaleza. A obra era sobre um casamento gay e tinha uma faixa que ficava na fachada de um prédio (Centro Cultural do Banco do Nordeste), e o Banco do Nordeste mandou retirar. E isso gerou toda uma movimentação. Os artistas tiraram as obras do Salão, levaram pra outro espaço e tudo, mas já no contexto do governo Bolsonaro.

[DiGiCULT]: Pra você, Ari, o que representou você receber críticas negativas e ser alvo de forma a motivar uma instrução de denúncia no Ministério Público Federal por pessoas que sequer conheciam a obra? E o que significou para você ser alvo de uma moção de repúdio por parte dos representantes da Casa do Povo no Estado do Ceará, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará? Houve motivação religiosa por parte dos deputados que a subscreveram?

[ARI AREIA]: Sim. Acho que foram três deputados que votaram contra a moção de repúdio da Assembleia, que foram justamente aqueles que assistiram o trabalho. Então, quando se caracteriza a forma como essa moção de repúdio foi aprovada, eu acho engraçado. Eu acho que mais grave que a moção de repúdio foi o Projeto de Lei que foi apresentado e era inconstitucional, tão inconstitucional que a parlamentar que apresentou para não retirar de pauta [...]

[DiGiCULT]: Projeto de censura à arte?

[ARI AREIA]: Sobre “manifestações de gênero” que ninguém sabe muito bem o que ela quer dizer. Mas esse projeto parou de tramitar. Provavelmente ela deve ter pedido internamente, na burocracia interna, para que a coisa saísse de circulação. Porque ela não retirou oficialmente, simplesmente ficou estagnado em algum canto. Se ela encaminhasse, certamente seria considerado inconstitucional, seria um constrangimento público e uma vitória nossa.

Então, eu não fiquei abalado com a moção de repúdio, inclusive a gente quando ia fazer as temporadas da peça, quando iríamos criar ou louros de premiação colocávamos: “Repudiado pela Assembleia Legislativa do Ceará”, “Repudiado pela OAB-CE”, “Espetáculo notificado pelo Ministério Público”. A gente acabou usando isso profanando (sic) a ofensa. A gente resolveu ironizar. Você precisa ver isso aqui porque a Assembleia Legislativa repudiou. Emocionalmente isso não me abalou.

[DiGiCULT]: Nem você nem o “Outro Grupo”?

[ARI AREIA]: Não, não.

[DiGiCULT]: Outra coisa que nos chamou atenção: quem faz a sua defesa ao MPF é o Escritório Frei Tito, que é vinculado à Assembleia. Por que a escolha do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar – EFTA para realizar a sua defesa, já que ele é vinculado à Assembleia que repudiou a peça? De alguma forma repercutiu de forma contraditória para a Assembleia?

[ARI AREIA]: Eu não conheço ainda tão afundo essa questão da burocracia da estrutura da Assembleia, mas eu acho que tem essa autonomia. Aquela instituição tem essa autonomia para, inclusive, representar contra o próprio Poder Legislativo em caso de violação de Direitos Humanos. A gente já acionava, já éramos conhecidos pela galera do escritório de outras lutas.

Quando a coisa veio à tona, as pessoas que trabalhavam no escritório se colocaram à disposição. Então, foi um processo de fluxo mesmo. Não soube também se houve algum tipo de retaliação ou questionamento.

[DiGiCULT]: Enquanto artista, você procurou ou obteve apoio de alguma instância estatal ou não-governamental, órgão público de cultura ou dos atores do sistema de justiça, por exemplo Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, contra a denúncia? Se procurou e não obteve, o que isso representou para você?

[ARI AREIA]: A gente teve um suporte, um apoio público imediato das Secretarias de Cultura de Fortaleza e do Estado. O mandato do Renato Roseno (PSOL-CE) e outros mandatos se manifestaram em nossa defesa, mandatos municipais. Na época, não tô (sic) lembrando se o João Alfredo (advogado e professor, militante do PSOL-CE) era vereador, acho que estava encerrando, enfim, a gente teve manifestações de apoio. A universidade também foi repudiada, a universidade também foi alvo dessa monção de repúdio da Assembleia. Me lembro que eu fiquei quatro anos e meio aluno da UFC, tinha me formado há pouco tempo, e estava com a peça. Então recebi uma ligação da Reitoria, que o Reitor queria conversar comigo. Passei quatro anos e meio na UFC, nunca vi o Reitor e fui chamado a uma reunião. Eu pensei que ia ser uma conversa meio que pra tentar mediar, colocar panos quentes pra ver se acalmava os ânimos e tal. Eu lembro que foi justamente no dia que eu fui abordado por uma pessoa no centro. Quando eu cheguei na Reitoria, estavam os professores Henry (ex-Reitor da UFC) e Custódio (ex-Vice-Reitor da UFC), Direção do Centro de Humanidades, porque o evento da polêmica foi do curso de sociologia e eles queriam me

ouvir. Então relatei toda s as questões. Então o Reitor falou assim: “Você acha que a sua integridade física está ameaçada? Precisa que a gente desloque um aparato de segurança pra te acompanhar?”. Então eu disse: “Nossa, acho que não tem necessidade disso, se por acaso eu sentir que a tensão tá beirando isso, eu aciono”. A universidade lançou uma nota na sequência, muito sóbria, muito razoável, se colocando a favor da liberdade de expressão e em defesa da autonomia dos estudantes, dos professores, nas suas pesquisas, nos seus processos. Eu me senti muito resguardado. A revolta maior deles, desses setores fundamentalistas, foi justamente isso: de repente, a universidade me ampara, em vez de reconhecer o que seria um erro pra eles, a universidade chancela um trabalho. A imprensa, por mais complicadas que sejam as relações com ela, comprou o nosso discurso de razoabilidade e expôs de uma forma até constrangedora a forma ridícula como a argumentação (desses grupos) estava citando. Acho que foi mais ou menos isso. A gente teve esse apoio institucional. Acho que o mais efetivo, de verdade, foi o da própria universidade que, inclusive, se posicionou juridicamente, colocou o aparato jurídico a nossa disposição.

[DiGiCULT]: Você conhece alguma rede de proteção de artistas contra violações semelhantes?

[ARI AREIA]: Sim, faço parte do Fórum Cearense de Teatro, do Fórum Cearense LGBT também; a classe artística abraçou a gente à época. Foi considerado assim um absurdo que é. Se acontece comigo, daqui a pouco tá acontecendo com todo mundo.

[DiGiCULT]: Elaboraram algumas estratégias para dar uma resposta a essas notificações, a esses sujeitos?

[ARI AREIA]: Na época, era uma coisa tão recente, tão nova, a gente não tinha passado por isso nos últimos anos. Então era uma coisa muito nova, era algo que líamos sobre isso. O Ricardo Guilherme (ator e diretor de teatro cearense) teve um espetáculo cancelado. A Igreja perseguiu o Ricardo, judicializou, processou ele. Outros colegas mais anteriores da época da Ditadura. Mas a gente nunca tinha vivenciado isso na pele, assim algo tão perto, tão real, tão concreto. A gente ficou meio desbaratinado (sic), mas acho que a gente teve uma tranquilidade muito grande. Talvez a gente também muito jovem, à época mais jovem do que agora, a gente foi muito no atrevimento: “A gente fez essa apresentação na UFC, deu essa

polêmica, bora abrir uma temporada”. E a gente foi, com muito público. E acho que essa resposta (muito público) fez com que os latidos fossem amenizados.

[DiGiCULT]: Você enxerga alguma relação entre a denúncia envolvendo a sua peça e outros casos de censura semelhantes, como do Queermuseu e da perseguição sofrida pelo artista Wagner Schwartz em razão da performance La Bête, e a ascensão do conservadorismo e de um discurso do ódio contra o campo cultural, no cenário político logo após o Golpe de 2016? Vislumbra uma associação com o que aconteceu no “Histórias” à denúncia com o que vem acontecendo no país, como nesse final de semana, com 3 ou 4 casos por motivos similares por parte do Poder Público, como o recolhimento de um HQ? E que futuro você vislumbra para vencer isso? E no campo jurídico, em um Estado Democrático de Direito?

[ARI AREIRA]: Eu vejo sim essa articulação. A gente está vivendo um fechamento de um ciclo que é 2016. Não sei se a gente pode pensar em uma relação articulada e pensada. O que linka, o que relaciona, tem a ver com um projeto político, com diversas dificuldades de convencimento das maiorias sociais, mas que precisava de representantes ferrenhos, de vozes ativas de algo que aglutinasse as pessoas, né?! Então assim, quando você cria um inimigo comum, e você é a voz que combate esse inimigo comum, e ele representa uma ameaça a algo muito sensível, tipo você não tem nada, mas você tem um filho, e a população LGBT representa uma ameaça às crianças, então a criança é seu filho e você não quer que ninguém mexa.

Então você acompanha o projeto desse cara porque esse cara vai garantir a defesa da criança, do seu filho e da família, e você chancela aquele cara não porque você acredita naquele projeto político, mas porque foi sequestrado. O sequestro político acompanhado de um sequestro da fé e da religião. E 2016 era um ano eleitoral, a página que publicou pela primeira vez a denúncia da minha peça era uma página que não tinha 500 seguidores e chamava “Fortaleza sem Prefeito”. Eu não tenho nada a ver com a gestão Roberto Claudio (Prefeito de Fortaleza), não tinha e nem tenho; era uma página que as publicações tinham 4,5 curtidas, e de repente eles encontram um mote, que é a foto de um LGBT nu, sagrando no Cristo, com uma bandeira LGBT do lado e um símbolo da UFC. Quando eles fazem isso, em menos de 24 horas, eles têm com mais de 10 mil seguidores e os compartilhamentos de 200 mil pra lá. Eles entenderam como alcançar, como viralizar e, a partir daí, tudo que eles

publicaram tinha potencial de viralização. A gente tá vivendo agora mais um período eleitoral (2020), o municipal, que tem questões mais sensíveis, mais palpáveis do que uma eleição federal ou estadual, porque o país/estado é uma abstração, já que o município é uma coisa que você pisa, você sente o chão no pé do município.

[DiGiCULT]: Os federalistas mais radicais estão aí, a localidade. O município é aquele lugar onde a cidadania nasce e se desenvolve; ele seria um Estado menos abstrato, onde você dorme, come, trabalha, transita, vive, tem seus amigos, seu lugar de pertencimento.

[ARI AREIA]: De repente você está em Fortaleza, e de repente cruza ali a [...] está pisando em Caucaia.

[DiGiCULT]: Territórios também são limitações imaginárias.

[ARI AREIA]: E veja, aqui no Ceará um parlamentar que está reivindicando aí, construindo pra ser um representante do PSL, gerou uma polêmica moralista, em torno de uma possível ameaça aos professores das creches municipais da integridade das crianças, uma balela absurda. Poucos dias depois, o Doria (atual governador do Estado de São Paulo), em São Paulo, mandou recolher as cartilhas por um motivo muito semelhante, e depois no domingo, Crivella (atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro) fez aquela intervenção na Bienal do Livro, algo muito parecido, preocupado com a ameaça daqueles conteúdos às crianças.

A impressão que eu tenho que é que existe uma articulação de um grupo político, de atores que estão localizados em um espectro político, entenderam que não vão conseguir dar resposta a anseios das maiorias sociais, mas que sabem como manipulá-las através do medo.

E aí vem esse terrorismo que a esquerda é antiDeus, anticristão, ateia, extremista, devoradoras de crianças, e da “ideologia de gênero” que é uma abstração total. Eu acho que o linka esses episódios que vieram à tona naquela época, 2016, pode ter essa conotação, e de forma objetiva tem essa conotação, porque o presidente foi eleito muito em cima dessa viralização de um pavor, de um sentimento de medo de diversas questões, de desinformação. E isso agora tem voltado, a gente tem que ficar alerta a isso, porque professores, artistas, LGBTs voltaram a ser indivíduos de ameaça, inimigos comuns, sujeitos que devem ser tratados como inimigos com uns, pra poder aglutinar uma massa de pessoas no polo oposto, que continuem mantendo aquelas pessoas dispostas a votar naquele sentimento.

É surreal como o PSL consegue um número absurdo de filiações. Não é um programa que encante, que proponha respostas, soluções, mesmo que pra articulação das pessoas, mas provoca um outro sentimento, e esse sentimento de disposição de combate ao inimigo comum, ou a diversos inimigos comuns que estão no mesmo nó. Eu acho que assim, como pensar e refletir sobre a cultura? Entendo que a gente é alvo do que esse projeto político representa [...] em diversos momentos a gente é usado como escada, ou dizem algo atravessado sobre o que a gente faz. A deputada tentou dizer isso sobre a minha peça: “É um absurdo que o dinheiro público da Secult (Secretaria de Cultura) tenha sido usado pra montar a peça”! E a peça foi feita com dinheiro próprio, parcelada em tantas vezes no cartão. Seja nesse discurso da moralidade da administração pública, seja no discurso da moral, né?! Vilipêndia pela nudez, ou pelo que quer seja. Engraçado que o “Outro Grupo” foi atacado nesse sentido, e aí foi ameaçado de pressão a Secult, porque tinha dado dinheiro público pra isso, mas na verdade não deu. Mas no edital seguinte, a gente escreveu um projeto, “ah aquele não foi com dinheiro público”, mas, o próximo vai ser. E a gente montou [...] o projeto que foi aprovado foi “Cinemão: vai rolar putaria”. Então assim, tipo, sempre era meio constrangedor quando a gente ia fazer algum procedimento na Secult porque o nome do projeto era “vai rolar putaria”, mas pra gente era político que rolasse uma putaria com o dinheiro público, não no sentido literal, mas no sentido político da putaria, como linguagem poética, perspectiva estética. E aí essa é a peça que está em cartaz no Dragão do Mar, que é uma putaria muito engajada, uma putaria que está relacionando o mundo em colapso político, ambiental, as democracias ruindo e o lugar desse corpo desejante, o desejo, o suor, a embriaguez, o sim demonial, no meio de tudo isso. O desejar fora da normalidade, ele, por si só, ele acarreta um engajamento por menos engajado que você esteja, você está controvvertendo. E existem diversas estratégias de normalizar, heteronormatizar aquilo, e aí a gente acaba se comprometendo às vezes, com as nossas próprias identidades e não consegue fazer link com essas nossas questões, com os desastres. A gente precisa entender que as tragédias não são acidentais, elas são desastres provocados, e o espetáculo que é essa putaria, é uma putaria/pornografia engajada, não é pornográfica, mas é nesse lugar da reflexão. E aí eu acho que a gente precisa deslocar nossa posição de agente da cultura do lugar de alvo e começar a atuar como flecha assim [...].

[DiG iCULT]: E chamar atenção que a normalidade seja mais pornográfica do que algo como se atribui como pornografia ou putaria, por exemplo, o que pode se atribuir como recurso público ou a instrumentalização das normas jurídicas.

[ARI AREIA]: O trabalho usa uma linguagem muito aberta, ele dá margem pra mil e uma possibilidades de interpretação. É um texto muito aberto, mas, está nesse lugar [...] A gente não ficou na simples erotização do corpo, na simples provocação do desejo na camada superficial da pele. Ele provocou um debate politizado sobre tudo aquilo e sobre o que está ruindo ao redor, e assim, nesse sentido, eu acho que essa reação da gente não recuar.

Disseram que a gente fez putaria com o dinheiro público, e a gente vai e faz oficialmente uma putaria com o dinheiro público, acho que isso é tomar uma atitude de que a gente pode permanecer como alvo, ou optar por permanecer como alvo, mas a gente pode e eu acho que deve deslocar essa posição de reação sempre, de defesa sempre, para um posição de ataque. E assim se apropriar de um edital público, receber dinheiro público e fazer um trabalho sobre uma putaria política, entender que a putaria também é política, que o Estado tem a obrigação de financiar esse tipo de produto ou de garantir que esse tipo de produto seja possibilidade. E uma coisa que eu acho interessante, que de 2016 pra cá, que foi nesse debate com a deputada, ela disse: “Eu sou a deputada! Eu faço as leis!”. Então a gente resolveu responder não com uma nova performance, no palco ou na rua, a gente resolveu responder com uma intervenção no cenário político. A gente resolveu propor uma candidatura, do movimento de artistas, e a gente meteu esse pé na porta, com esse primeiro processo eleitoral e foi uma resposta muito potente, muito bonita. E participando agora desse segundo processo, 2016 para 2018, o número de artistas em Fortaleza e de outras cidades do Ceará, e de outros Estados que nos procuraram para conversar sobre como é ser artista, e propor uma candidatura, foi imenso o número de pessoas curiosas. “Como que você não perde a essência do seu trabalho?” “Como foi que você conseguiu fazer com que as pessoas não desacreditassem no seu trabalho como artista enquanto você se coloca como político?”

Mas a gente que é artista é sujeito político de fato, a gente está em embate constate com a gestão por falta de financiamento ou por inatividade. A gente entende de política, a gente não se dispõe na maioria das vezes é pra disputar processo eleitoral por uma educação perversa de que aquilo não é nosso lugar, que aquilo vai nos diminuir, que aquilo é sujo e desonesto, que a gente deve continuar fora da dali. E aí, nesse sentido a gente compreender a importância de ocupar esse espaço, porque a gente consegue mobilizar gente pra sair de casa no domingo à noite e irem lotar um teatro. Então as pessoas concordam com o que a gente está dizendo, ou

forma suas opiniões a partir do que a gente está dizendo. Então eu acho que a gente da cultura, a gente precisa ser mais ameaçador assim, e precisa provocar outros medos em quem detém o poder. Sabe, agora no próximo ano, a gente vai passar um período dentro da Assembleia Legislativa, e a gente vai estar com a deputada que tentou nos censurar. E como proponente de leis, essa experiência vai ser uma experiência muito forte e encorajadora pra outros sujeitos. Eu acho que tanto pra situação da censura quanto para situação eleitoral é muito encorajador. Você ter um repertório que se aquele sujeito não se calou, enfrentou e deu certo, então eu não vou me calar.

[DiGiCULT]: Existe alguma pergunta que não foi realizada que você gostaria de responder, se sim, qual seria?

[ARI AREIA]: Tô (sic) tentando pensar [...]. Eu acho que esse experiência com a peça, a gente sempre teve dimensão que nosso trabalho no palco possuía uma dimensão política, desde os meninos que eram gays ou que iam escondidos dos pais para peça ou dos meninos trans. Que foram se percebendo trans e se emponderando disso. Mas com a perseguição e com a disposição de entrar no campo da política institucional, a gente deu outra dimensão pro caráter político da nossa função dentro das disputas sociais, acho que isso foi muito importante [...] É, talvez, assim [...] por a gente se posicionar na esfera pública como sujeitos políticos, uma classe de trabalhadores organizados, acho que isso é uma disputa muito importante, que esse último processo foi dando, de indivíduos que têm condição de debater a política para além da política setORIZADA de cultura.

Saiu agora, no jornal “O Povo”, no blog do Eliomar (jornalista cearense), ele coloca “ator e diretor de teatro”. Então assim, isso tem um respaldo, o fato de você ser ator e diretor é o que te apresenta. E aí o outro aspecto disso, acho que a dificuldade de consolidação das políticas públicas pra cultura, ela tá muito ligada à dificuldade de compreensão que o acesso à cultura é um direito das pessoas, e não uma camada do Estado, uma pasta das administrações públicas, e uma parcela do recurso público que serve para manter trabalhadores daquela área. A impressão que as pessoas têm é essa. As polêmicas todas são: dinheiro público mal gasto porque foi pra uma peça, não pro hospital; dinheiro público mal gasto porque foi pra uma peça que fala de pessoas negras, de mulheres, LGBTs ou travestis. As pessoas têm uma facilidade de defender o investimento na saúde, na educação, no saneamento, na moradia, porque elas têm a compreensão que isso é um direito delas, de que é um absurdo que o

governo diminua o orçamento daquilo. As pessoas não vão pra rua brigar porque o governo orça tantos bilhões pra cultura, e só executa menos de 1%. Se isso fosse na saúde, isso seria uma celeuma, ou na educação. Elas têm a compreensão que é um direito delas. Eu acho que a gente precisa começar a executar que o acesso à cultura é um direito, não apenas o acesso à formação, mas a produção que as pessoas [...] É um direito constitucional garantido, mas essa compreensão é difícil pras pessoas, principalmente pobres e que moram na periferia, porque geralmente os equipamentos são localizados em centros, geograficamente distantes. Existe uma elitização histórica dos sujeitos que dominam, controlam e comandam os processos que envolvem os processos políticos pra cultura, e a gente tem uma tarefa de se entender como sujeito político e ter uma obrigação histórica de incidir na política institucional. E a gente precisa sair desse papel passivo e representar uma ameaça real a isso, e a gente precisa disputar no imaginário das pessoas a compreensão que política pública pra cultura é política pública e representa direito, não do artista trabalhar como artista, porque inclusive as pessoas não compreendem o trabalho do artista como trabalho, mas que é um direito deles e delas.

[DiGiCULT]: Então, Ari, eu agradeço a sua participação na nossa pesquisa. A sua entrevista é a segunda, a que de fato foi gravada (em breve disponível no Canal do DiGiCULT no YouTube). Agradecemos. Esperamos que em novembro você esteja lá conosco, no Encontro Internacional de Direitos Culturais do Semiárido (ocorrido entre 27 e 29 de novembro de 2019, na UFERSA).